

A IMPRENSA PERIÓDICA COMO UMA EMPRESA EDUCATIVA NO SÉCULO XIX

MARIA LÚCIA GARCIA PALLARES-BURKE

Faculdade de Educação — USP

RESUMO

Este artigo parte da idéia de que para se recuperar, com maior fidelidade, a história da educação brasileira do século XIX, mais atenção deve ser dada às modalidades informais de educação. Dentre as várias modalidades — como romances, jornais, revistas, sermões, teatro, pinturas etc. — que podem ter muito a dizer sobre o modo complexo pelo qual as culturas são produzidas, mantidas e transformadas, este artigo selecionou a imprensa cultural periódica. Inicialmente, serão abordados os traços gerais da imprensa latino-americana, da qual a brasileira faz parte, e, em seguida, será estudado o periódico recifense O Carapuço, que teve grande destaque no cenário nacional como órgão educativo, durante a primeira metade do século XIX.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO — EDUCAÇÃO — BRASIL — IMPRENSA BRASILEIRA

ABSTRACT

THE PERIODICAL PRESS AS AN EDUCATIONAL ENTERPRISE OF THE 19th CENTURY. This article starts out from the idea that much more attention should be paid to the informal agencies of education if one wishes to recover the history of Brazilian education in the 19th century with greater accuracy. Among the various agencies — such as novels, newspapers, journals, sermons, theatre, paintings, etc., — which might have much to say about the complex way cultures are produced, maintained and transformed, this article has selected the cultural periodical press. In the first place, the article offers a general outline of the characteristics of the Latin-American press, of which the Brazilian press is a part; and, afterwards, it studies a periodical from Recife which played an outstanding educational role on the Brazilian scene during the first part of the 19th century: O Carapuço.

Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no I Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em Lisboa, em janeiro de 1996. Agradeço as contribuições que recebi nessa ocasião.

Phillipe Ariès fez certa vez uma importante afirmação: “Seria um erro descrever a educação medieval em termos de escola: isto seria fazer uma regra de uma exceção” (Ariès, 1986. p.355). Apesar de tal asserção ter sido feita sobre a Idade Média, com as necessárias qualificações, ela é também relevante para outros períodos históricos. Essa advertência deveria servir para os historiadores, e especialmente para os historiadores da educação, como um lembrete de que, não obstante a crescente importância de instituições formais de educação na transmissão cultural de uma geração à outra, agências mais diversificadas e informais também podem estar envolvidas em tal processo. Romances, jornais, revistas, sermões, teatro, pinturas etc. têm tido sempre sua quota de participação no processo educacional e podem, pois, ter muito a dizer sobre o modo complexo pelo qual as culturas são produzidas, mantidas e transformadas. Recentes estudos nessa linha têm argumentado que os meios de comunicação modernos, até os que se pretendem ser de puro entretenimento, sempre ensinam. Jornais, revistas, rádio e televisão, por exemplo, têm um currículo oculto que dissemina e organiza informações, cria valores, atitudes e idéias sobre uma multiplicidade de temas e, pois, quer queiram ou não, influenciam seus leitores, ouvintes e espectadores. Utilizando a advertência de Ariès para o estudo do mundo contemporâneo, C. E. Cortés (1992. p.368) afirma:

as discussões sobre educação freqüente e erroneamente usam escolas e educação como conceitos sinônimos. Certamente as escolas representam um componente poderoso no processo educacional. No entanto, elas não monopolizam a educação e não poderiam fazê-lo, mesmo se desejassem.¹

Este artigo oferece uma contribuição a esta abordagem mais ampla da história da educação, ao discutir o papel de um órgão da imprensa periódica brasileira do século XIX. Em primeiro lugar falaremos sobre alguns traços gerais da imprensa latino-americana, da qual a brasileira é parte, procurando salientar características comuns a ambas. Em seguida, trataremos mais especificamente de um periódico brasileiro que se destacou no cenário nacional, na primeira metade do século XIX.

Dentre as chamadas “obras menores”, o jornalismo (juntamente com o romance) é, a partir do século XVIII, uma das mais importantes fontes para a história da educação.² Na Europa, o jornalismo, pelo menos em uma de suas vertentes, passa a constituir-se num poderoso instrumento do projeto iluminista de mudar as idéias e maneiras das pessoas comuns. Aderindo ao otimismo da época, no que diz respeito às possibilidades da educação, a imprensa periódica, no seu veio mais propriamente cultural do que noticioso, assumiu explicitamente

-
1. Ver também Cortés, 1981, 1989; Lynch et al, 1992; Wurman, 1989; Rosenstiel, 1989; Gans, 1967.
 2. Sobre a reavaliação das chamadas “obras menores” e sua importância para a história cultural ver, dentre outros, Lovejoy, 1969; Darnton, 1984; Thompson, 1994.

as funções de agente de cultura, de mobilizadora de opiniões e de propagadora de idéias. Sua importância era tal que logo no início do século XIX Sainte-Beuve fez a seguinte advertência: estudar a cultura européia do século XVIII sem levar em conta sua atividade jornalística é tão limitado quanto viajar para a Suíça a fim de somente conhecer as grandes montanhas. As planícies, os imensos e variados intervalos entre as montanhas, não só é o que permite ao viajante atingir o seu alvo, como é também o que lhe possibilita aquilatar a “altura relativa” e o “grau de relevo” dos grandes picos; ou seja, é o estudo do jornalismo que permite avaliar “na justa medida” as idéias dos grandes luminares do Século das Luzes (Sainte-Beuve, 1889, t.3, p.442-69).

Quando nos voltamos para a América Latina e para o jornalismo que nela se desenvolveu no século XIX, reflexões como essas mostram-se igualmente relevantes. Num processo que podemos denominar de “ibero-americanização” da imprensa iluminista européia, o Novo Mundo repete, de certo modo, características do Velho Mundo. Se certas vertentes do jornalismo europeu haviam aderido ao projeto iluminista de mudar o modo de pensar dos homens e mulheres comuns, se Benjamim Franklin e Catarina, a Grande, dentre outras figuras de renome, haviam se inspirado num de seus órgãos pioneiros — *The Spectator*, inglês (1711-12) — para desenvolver suas obras jornalísticas e moralizadoras nas longínquas Filadélfia e São Petersburgo, nada mais provável que o Novo Mundo meridional não tivesse ficado incólume à influência da imprensa cultural européia.³ É bem verdade que temos que esperar pela independência das colônias latino-americanas da tutela de Portugal e Espanha para que essa influência pudesse se fazer sentir com toda força. Apesar de haver brechas no sistema de censura das metrópoles européias pelas quais idéias ilustradas entravam clandestinamente nas colônias do além-mar, a imprensa não pôde aí atualizar sua potencialidade antes da emancipação política. Mesmo na América espanhola que, diferentemente da portuguesa, usufruía de universidades e de imprensa durante o período colonial, o jornalismo existente, antes da independência, era de alcance bastante limitado. Dependendo da aprovação das autoridades governamentais e eclesiásticas, a imprensa periódica não veiculava idéias que fossem consideradas ameaçadoras ao *status quo* político e social. Ao contrário, focalizava sua atenção especialmente nos avanços técnico-científicos que pudessem contribuir para o aprimoramento da economia local. Como esclareceu o vice-rei do México em 1783, os jornais são “muito úteis”, desde que se limitem a “pequenos” e “inócuos assuntos destinados a satisfazer a curiosidade do público” (Picón-Salas, 1962. p.100). De qualquer modo, mesmo com essas óbvias limitações, já se percebe no incipiente jornalismo hispano-americano do final do período colonial, uma

3. Sobre a fenomenal influência do jornal diário *The Spectator* na imprensa e na República das Letras dos séculos XVIII e XIX, ver Martens, 1968; Gilot, 1975; Rau, 1980; Marín, 1983; Pallares-Burke, 1995 e 1996.

característica marcante da imprensa iluminista européia: a crença no poder das idéias de aprimorar a sociedade e a convicção de que a imprensa periódica, veiculando idéias, tinha grande potencial para educar o público. Os periódicos eram muitas vezes descritos como eficientes “difusores de luz”, como “propagadores de idéias” pela sociedade e como indispensáveis instrumentos de progresso (Unanúe, 1914; Alzate y Ramirez, 1831).

É só após a emancipação política, no entanto, que tais características do jornalismo europeu se impõem e se ampliam. Na verdade, o projeto iluminista de transformar mentalidades “arcaicas” em “ilustradas” não só se revela presente como até reforçado no jornalismo latino-americano do século XIX. Esforçando-se por integrar o novo mundo independente no que era visto como a invejável e moderna cultura européia, homens (e algumas mulheres) de letras latino-americanos deram à imprensa um importante papel no processo civilizatório. Recém-emancipada da ordem política absolutista, a imprensa passa a ser constantemente referida como o meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas. De existência em geral efêmera, os novos periódicos têm também em comum títulos bastante reveladores, que aludem ao seu papel de guia e educadores da sociedade. “Monitores”, “Lanternas”, “Despertadores”, “Mentores”, “Faróis”, “Auroras” aparecem em profusão em toda a América Latina e se autodescrevem como indispensáveis “difusores de luz”, veículos de cultura, progresso e liberdade.⁴ Tal função insubstituível da imprensa é geralmente justificada pela ausência de outros agentes educativos, como leis e um sistema de educação pública, que, caso existentes, poderiam fazer mais sistemática e formalmente o que o jornalismo fazia informalmente. “Fomentar a ilustração do vulgo” e instar, ao mesmo tempo, o governo para o “estabelecimento de tantas escolas públicas quantas se necessite”, é o objetivo do *El Duende de Santiago* (Prospecto, 22/06/1818). O *La Dilijéncia* de Bogotá se propõe a “levar e trazer” tudo o que seja de “utilidade pública”, a fim de contribuir para que a nova nação se assemelhe às nações cultas.

Os papéis públicos são e sempre têm sido os condutores da opinião e das luzes, a garantia dos cidadãos [...] todos os povos cultos os têm; a eles devem em grande parte sua prosperidade [...] o lavrador inglês se vê cultivando a terra com o arado em uma mão e com o *Times* na outra [...] (*La Dilijéncia*, 1831, n.1, p.1; 1832, n.5, p.2).

O *El Monitor del Pueblo* do México quer oferecer “instrução fácil e abundante para o povo que por suas necessidades não pode comprar autores que adornam

4. Eis uma pequena amostra dos títulos brasileiros encontrados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: *A Luz Bahiana*, Bahia, 1837; *Luz Brasileira*, Rio, 1829-31; *A Luz do Século*, Aracaju, 1888; *A Luz*, Aracaju, 1880; *A Luz*, Ceará, 1883; *Luseiro Fluminense*, Rio, 1832; *Lanterna mágica*, Rio de Janeiro, 1844-45; *Pharol do Imperio*, Rio, 1837; *Pharol*, Maceió, 1888; *O Sol*, Rio, 1827; *O Sol*, Ceará, 1856-59; *O Monitor*, Bahia, 1876-81, *O Monitor*, São Luís, 1870; *Holophote*, Maceió, 1897; *Holophote*, Penedo, s.d.

as bibliotecas dos que podem pagar”. Pede até mesmo a colaboração do governo para que diminua o imposto sobre os jornais, a fim de que concretize essa obra de educação do povo (1833, n. 1, 3 e 9). Cumprir os “sagrados deveres para com a sociedade” combatendo “a ignorância popular” é também a promessa do *El Mentor Mexicano* (1811, n.1).

Os jornalistas latino-americanos, que também como seus predecessores europeus e norte-americanos eram acadêmicos, médicos, políticos, romancistas e membros do clero, explicitavam a relação entre seus escritos e os processos de emancipação política e social em que suas novas repúblicas (no caso da América espanhola) e a nova monarquia (no caso do Brasil) estavam envolvidas. “Nossa obra de liberdade não está concluída”, lembra *El Observador de Lima*. O fim do regime colonial “abriu o amanhã da América”, mas o Peru necessita da educação para se regenerar e se fazer uma república (Prospecto, 1825). Sarmiento, o presidente da Argentina que se notabilizou também como educador, jornalista e literato, é eloquente e representativo ao afirmar que “na nossa época as publicações periódicas são como a respiração diária; nem liberdade nem progresso e nem cultura podem ser concebidos sem esse veículo” (1987. p.210). Em sua vasta atividade jornalística desenvolvida na Argentina e no exílio chileno ele defendeu a idéia de que a leitura é “o único meio de se ilustrar a razão” e de se aprimorar a república. Ela é “a medida da civilização de um povo” e é por meio dela que “torrentes de luzes” são difundidas. Se no século XVIII já havia a “tendência nobre de querer que todos os homens possuíssem igualmente a ciência, a filosofia, a verdade”, no século XIX tal visão se impõe como uma das principais “prescrições do século”, a “obrigação universal de educar”, “quer homens, quer mulheres; quer índios, quer mulatos; quer filhos legítimos quer ilegítimos” (Sarmiento, 1839, n.2, 3, 4 e passim). E no cumprimento dessa obrigação a imprensa periódica deveria ter um papel insubstituível.

A metáfora da “luz”, uma clara referência ao papel ilustrador que cabe à imprensa moderna e responsável, é constantemente retomada pelos jornalistas que descrevem sua obra, por exemplo, como a “lanterna que guia, educa e doutrina o povo”, como “a luz geradora”, cuja “missão social” é “acender a tocha para iluminar” as novas nações. Contra essa obra de ilustração as trevas do obscurantismo se erguem, queixavam-se os jornalistas em uníssono. O atraso de que padecem as repúblicas americanas, diz *El Sol de Chile*, se deve ao fato de terem vivido sob um governo tirânico e bárbaro que impediu que se desenvolvesse “a arte libertadora da imprensa” (Prospecto, 1818). Só os inimigos da civilização e das luzes detestam as publicações da imprensa porque elas trazem as “luzes que não têm e que não querem que os outros tenham”, clama Sarmiento no *El Zonda*. Unicamente os insensatos, diz ele, não escutam “a voz do salvador da sociedade, a Imprensa” (1839. n.4).

Entusiasmo semelhante para com a imprensa periódica é manifestado, em 1859, no Brasil, por Machado de Assis, que confere ao jornal o poder de derrotar todos os tipos de obscurantismo. Definindo a descoberta da imprensa

como a “redenção” da humanidade, ele considera o jornal como o fruto mais promissor dessa “arte-rei”. Muito mais do que o livro que cria mas monologa, o jornal é a “sentença de morte de todo o *status quo*, graças à ação da “discussão” crítica e ao “clarão desse *fiat humano*” que tudo põe em questão. “O jornal é mais que um livro”, diz Machado; “é uma expressão, é um sintoma da democracia”, já que traz “em si o germen de uma revolução” nos debates liberadores que pode promover e ao redor dos quais pode reunir todos os “membros do corpo social” (Machado de Assis, 1992. v.3, p.963, 946-48).

No que diz respeito à eventual originalidade do jornalismo latino-americano, afirmou-se recentemente que quem nele busca características “não-ocidentais”, “excentricidades de outro mundo”, em outras palavras, o exotismo, ficará seguramente desapontado. A “crua verdade é que a imprensa tem sido tanto o veículo quanto a evidência da ligação da América Latina com a Europa e com os Estados Unidos” (Pierce, Kent, 1985. p.229). Apesar de tal afirmação ter algum fundamento, é também verdade que, não obstante ter seguido modelos estrangeiros, há muito a dizer sobre o dinâmico e criativo processo de empréstimo cultural feito pelo jornalismo latino-americano, que não se apropriou mecanicamente de seus modelos. O periódico brasileiro *O Carapuceiro*, que abordaremos a seguir, na segunda parte deste artigo, oferece um representativo exemplo disso.

No Brasil, como se sabe, a imprensa foi banida até o século XIX. Nem mesmo os holandeses que se interessaram por modernizar suas possessões durante o século XVII introduziram a imprensa. Tivemos que esperar até 1808, quando a corte portuguesa transferiu-se para a colônia, para que tal instrumento de “redenção”, usando a expressão de Machado de Assis, pudesse ser aqui implantado e utilizado. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, órgão oficial do governo, marca o início da imprensa periódica brasileira, mas até os anos 20 a censura fez com que os periódicos veiculassem somente insípidas notícias do estrangeiro ou defesas parciais do regime monárquico absolutista. Em sua primeira gazeta, por exemplo, o público, como lembra um crítico da época, era informado “com toda a fidelidade do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com [...] odes e panegíricos da família reinante” (Sodré, 1983. p.20). Queixas ou debates sobre idéias não encontravam espaço no nascente periodismo brasileiro. É uma pena que “tão boa qualidade de papel” seja gasto para “imprimir tão ruim matéria”, comenta Hipólito da Costa, o jornalista liberal brasileiro exilado em Londres (idem, *ibidem*). Só mais tarde, com a volta da corte para a metrópole e com a independência do Brasil de Portugal, é que a imprensa adquirirá as características que a assemelham à imprensa iluminista européia, do mesmo modo que, na América espanhola, uma vertente do periodismo brasileiro tornará mais e mais explícito seu propósito educacional e sua fé no poder reformador da educação.

O Carapuceiro, periódico sempre moral e só *per accidens* político, é um dos exemplos pioneiros desse jornalismo doutrinário, preocupado fundamentalmente em preencher o que via como um vazio na cultura brasileira, ou seja, o lugar de formador da opinião pública esclarecida e atuante. Sem dúvida, o âmbito de sua influência, como de qualquer matéria impressa, era necessariamente limitado pelo alto índice de analfabetismo da época. Se em 1872 — ano da primeira pesquisa oficial sobre o grau de alfabetização — foi constatado que apenas um quinto da população livre em todo o Brasil era apta a ler, é inegável que na época de *O Carapuceiro* somente uma diminuta parcela da sociedade podia desfrutar de sua leitura. No entanto, o que deve ser levado em conta nessa questão é a possibilidade de haver um grande número de pessoas que, apesar de analfabetas, não eram imunes à ação educativa dos jornais e de outras matérias impressas. Estudos recentes têm mostrado que nos séculos XVIII e XIX o impacto da imprensa foi crescente e passou a atingir um número cada vez maior de pessoas que não sabiam ler. A prática da leitura em voz alta, quer âmbito doméstico, quer no público, era nessa época muito difundida e valorizada. Vista como manifestação de sociabilidade e atributo de pessoa culta e refinada, como atestam os vários manuais da arte da leitura da época, essa prática favorecia também os que anteriormente haviam ficado à margem do universo da escrita. Na qualidade de ouvintes podiam, pois, participar do mundo das letras e do que era veiculado pela palavra impressa.⁵ As leituras públicas que Charles Dickens fazia de sua obra em instituições beneficentes, armazéns, hotéis, livrarias, escritórios e auditórios públicos e que, como atestam inúmeros testemunhos, arrancavam aplausos e lágrimas de um público de várias classes sociais, são um exemplo revelador da importância dessa prática.⁶ Apesar de, lamentavelmente, ainda não dispormos no Brasil de substanciais estudos nessa linha e de, aparentemente, nos faltarem as ricas fontes — especialmente diários e cartas de pessoas comuns — que dão ampla evidência dessa prática na Europa, há indícios de que tal hábito possa ter sido também disseminado entre nós. No âmbito público de um período um pouco posterior, sabemos, por exemplo, que durante a Revolta do Contestado o líder religioso, José Maria, lia a *História de Carlos Magno* para seus seguidores (Monteiro, 1974). Já no âmbito doméstico, e na mesma época em que *O Carapuceiro* estava sendo publicado, temos o valioso e eloqüente testemunho de José de Alencar sobre o “honroso cargo de ledor” que ocupava em sua família. Ainda muito jovem, era a ele que cabia, nas reuniões familiares, a tarefa de ler cartas, jornais e os “volumes de uma diminuta livraria romântica” que eram avidamente saboreados por seus parentes (Alencar, 1990). No que diz respeito ao *O Carapuceiro*, mesmo não havendo registros de leitores ou ouvintes testemunhando sua influência, a mera sobre-

5. Sobre esse tema ver: Darnton, 1984, 1986; Chartier, 1987, 1989; Manguel, 1996; Raven et al, 1996.

6. Sobre esse tema, ver Collins, 1975; Ackroyd, 1990; Small, 1996.

vivência desse periódico ao longo de quinze anos (1832-47) implica uma cumplicidade com o público nada desprezível, especialmente considerando a marcante efemeridade dos periódicos da época. Além disso, a reedição de muitos de seus números em periódicos esparsos do Império atestam uma repercussão igualmente reveladora de sua importância nesse período inicial do jornalismo brasileiro. Seu editor e autor era o Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, figura que exerceu as atividades de professor, político, jornalista, diretor dos Cursos Jurídicos de Olinda, do Liceu do Recife e do Colégio dos orfãos.

Filiando-se claramente ao jornalismo cultural iluminista, Lopes Gama procurou desempenhar no Brasil o mesmo papel educativo de promotor das luzes da razão e, por conseguinte, do bem público, desempenhado por seus colegas periodistas europeus. Afirmando inúmeras vezes ter a ambição de formar a opinião pública de um novo Brasil, *O Carapuceiro* se envolveu, assim como o seus antecessores haviam se envolvido antes, no mesmo projeto iluminista de mudar o modo de pensar dos homens e mulheres comuns.

Legítimo descendente dos educadores iluministas, o Padre Lopes Gama encarava como uma realidade inegável o poder da imprensa de guiar os homens.⁷ O “dilúvio de periódicos” que inunda a cena brasileira, dizia ele, atesta a ambição do jornalismo de se constituir em “uma fonte inesgotável de Luzes”. Desviada, entretanto, pelo fanatismo, essa imprensa de grandes possibilidades educativas, ao invés de “acender” as luzes morais e cívicas do país, na verdade estava a acender uma “guerra civil na República periodiqueira”, queixava-se *O Carapuceiro* (1832, n.24). Logo a partir de seu primeiro número, a 7 de abril de 1832, vemos o periódico pernambucano aderir, a exemplo de seu modelo europeu, a uma linha de jornalismo que faz profissão de apartidarismo político, uma forma de garantir sua propalada imparcialidade. Diferentemente dos demais órgãos da imprensa que alardeiam sua ambição de “derramar luzes, ainda bem que muito baratas”, para muito cedo se revelarem caluniadores e fanático-partidários apresentando o espetáculo pouco educativo de um “circo dos gladiadores periodiqueiros”, *O Carapuceiro* se compromete a ser um “periódico sempre moral, e só *per accidens* político”. O “meu campo neutro será a Moral”, diz o jornal no seu primeiro número, e para o bem da sociedade promete combater os vícios sem atacar pessoas particulares.

Façam de conta que assim como há lojas de chapéus, o meu periódico é fábrica de carapuças. As cabeças em que elas assentarem bem, fiquem-se com elas, se quiserem; ou rejeitem-as e andarão com as calvas às moscas, ou mudem de adarme de cabeças, que é o partido mais prudente. (1832, n.1, p.1)

7. Sobre os objetivos didático-moralizadores do jornalismo iluminista, ver Pallares-Burke, 1995.

O objetivo reformista-moralizador sobressai como central nos números de *O Carapuceiro* durante sua publicação intermitente entre 1832 e 1847. Suas incursões políticas quando louva o “regime monárquico constitucional-representativo” em oposição, quer ao absolutismo quer ao republicanismo, acabam sempre por bater e rebater na mesma idéia: os males sociais não estão a requerer uma mudança estrutural da sociedade e da política, pois sua origem está nos indivíduos. “Em minha humilde opinião o mal não vem das coisas, vem das pessoas; e enquanto estas não se corrigirem e emendarem [...] excusado é pretender melhoramento, recorrendo à mudança de forma de governo”, diz *O Carapuceiro* de 4 de junho de 1842, repetindo o que dissera inúmeras vezes a partir do seu número 9, dez anos antes. Se o mal era moral, cumpria, pois, que as forças construtivas do país se unissem para atuar sobre sua causa.

O interesse que tomo pelo melhoramento do meu país natal tirou-me pela vontade a que escrevesse este pequeno periódico, tendo por mira a correção dos maus costumes, porque estou inteiramente convencido que sem boa moral não há legislação que medre, nem instituição social que possa tirar a limpo os seus desígnios, por mais bem concebidos que eles sejam. (1832, n.10, p.2)

A 4 de setembro de 1843, no número 28 de seu novo periódico, *O Sete de Setembro*, Lopes Gama faz uma afirmação que, de forma ainda mais radical, revela os propósitos norteadores de sua ação didática e jornalística:

como a escola socialista, eu reconheço que um vício radical deteriora todas as associações humanas; o remédio a tão profundos males só pode provir de uma lenta e pacífica revolução nas idéias, nos hábitos, nos costumes. (1843, n.28, p.3)

Afirmações como essas nos dão mais subsídios para a hipótese de ser *O Carapuceiro* um exemplar brasileiro do projeto da imprensa cultural do século XVIII europeu. Essa, consoante com os propósitos do primeiro estágio do Iluminismo, pretendia exercer uma ação mais sobre as idéias e as atitudes das pessoas do que sobre as condições estruturais da sociedade. Segundo a visão então prevalente, os males sociais poderiam ser combatidos por um trabalho preponderantemente de divulgação de cultura e de moralização dos costumes. O projeto iluminista inglês, que dava o tom ao Primeiro Iluminismo, não continha, como lembra Basil Willey (1940), os elementos radicais e revolucionários que iriam caracterizar o segundo estágio do Iluminismo, quando o modelo francês mais explosivo, dinâmico e revolucionário passa a prevalecer. Antes, pois, da segunda metade do século XVIII, a mensagem do Iluminismo era dirigida especialmente aos indivíduos na qualidade de seres morais e pretendia atingir, pela reforma, muito mais os homens particulares do que as ordenações sociopolíticas. Evidentemente, dizer que *O Carapuceiro* adere ao projeto da imprensa cultural do século XVIII não significa afirmar que ele era um mero eco longínquo do jornalismo ilustrado. Na verdade, como anunciamos anteriormente, tendo em comum com esse a crença no poder educativo da imprensa, *O Carapuceiro*, no entanto, ilustra cabalmente a

criatividade e o dinamismo com que a imprensa latino-americana se apropriou, muitas vezes, do modelo estrangeiro.

Se, portanto, o objetivo de *O Carapuceiro* era fundamentalmente educativo, o que ele entendia por educação? Seguindo de perto a postura iluminista que privilegiava o elemento moralizador da educação, Lopes Gama dizia que

a educação, propriamente falando, não é senão a moral inculcada à mocidade [...] Educar um mancebo quer dizer ensinar-lhe os seus deveres para com o Ente Supremo, para consigo, e para todos aqueles com quem tem relações [...]. Não há coisa mais importante do que avezar logo os meninos a refletir sobre os deveres de sua condição, e sobre a obrigação que tem de conformar-se com as leis do Criador, e com as da sociedade. (1840, n.7, p.2; n.8, p.3)

As agências que pudessem contribuir para tal tarefa eram, nessa linha, incentivadas pelo periódico que se mostrava sempre pronto a angariar companheiros nessa sua cruzada educacional. A construção de um teatro “digno de Pernambuco” era, nesse sentido, louvada pelas suas grandes possibilidades educacionais: “é uma excelente escola de Moral”, “um grande meio [...] de educação pública [...] e de honesto recreio para o Povo”, afirma Lopes Gama com entusiasmo e convicção. (1839, n.34)

No inventário que faz dos meios educativos e deseducativos em ação, poucos eram, no entanto, os considerados dignos companheiros dessa sua cruzada. Nem mesmo a Igreja, segundo *O Carapuceiro*, podia ajudá-lo muito nessa tarefa. Afora um ou outro eclesiástico íntegro que tinha preparo para desenvolver, em sua paróquia, uma campanha de moralização e de educação, a grande maioria se achava contaminada pelos vícios da sociedade que, deformada pelas idéias da Revolução Francesa, menosprezava e ridicularizava a religião. (1839, n.48; 1840, n.2 e 6)

De grande interesse para a história da educação é atentar para as agências educacionais apontadas pelo *O Carapuceiro* como rivais em sua tarefa educativa. Em primeiro lugar, segundo ele, a “comichão de escrever” reinante tem provocado uma avassaladora torrente de impressos que, quer sob forma de livros, folhetos, jornais e traduções, procuram “adular” os leitores, sem a preocupação de educá-los. É esta uma verdadeira “moléstia” nacional que faz com que todos se julguem capazes e habilitados “para dirigir a opinião pública”. A obsessão é tal que hoje em dia, diz *O Carapuceiro*, “não há coisa em que mais se fale do que na educação. Os tratados desta matéria só por si encheriam a Biblioteca do Vaticano. Livros, livrinhos, e livrões de educação andam af a granel”. Na verdade, entretanto, tal mania tem servido “para derramar o erro, a ignorância, e a imoralidade, e o mau gosto, em um Povo, em vez de o tornar ilustrado e virtuoso”, clama *O Carapuceiro* (1837, n.11; 1839, n.12).

Para combater os efeitos nocivos dessa “comichão de escrever”, *O Carapuceiro* — que, cumpre lembrar, apoiava o Index da Igreja — parece ter-se imposto a tarefa de conselheiro-mor de leituras úteis. De fato, é freqüente percebê-lo envolvido num trabalho de discriminação entre impressos corruptores e não corruptores, triagem essa que deveria servir para orientar a sociedade perdida em meio a um verdadeiro turbilhão de obras de valor muito questionável.

Dessa mania avassaladora de escrever, as “novelas, cujo número só se pode comparar às areias do mar”, são “a verdadeira peste da Literatura”, afirma o periódico (1839, n.12; 1837, n.11 e passim). Em grande parte traduzidas, elas vão aos poucos destilando seu veneno entre os jovens de ambos os sexos. Juntamente com escritos ímpios e baratos na forma de folhetins “a mocidade bebe a longos sorvos o tóxico da irreligião e imoralidade”, da “paixão do amor físico”, da “infidelidade conjugal”, da rebeldia para com os pais, enfim, de tudo o que é desagregador (1839, n.43; 1840, n.3). As artes poética e pictórica não escapavam também à crítica desse periódico educativo. Muitas “liras”, como ele chama, ao lado de “quadros com moças nuas” e com outras cenas igualmente imorais, cooperam para a corrupção reinante (1840, n.3).

Por último, as próprias escolas existentes, muitas delas fundadas por aventureiros estrangeiros, em nada contribuem para formar o “homem de bem”, lembra o padre carapuceiro. Desvinculando conhecimento de moralidade, elas, na sua grande maioria, não dão “a verdadeira, a sólida, a boa educação”. (1842, n.40-1). Ao contrário, “arrogância e insubordinação” é o que nelas a juventude aprende. Como querer que “o regime constitucional, ainda tão novo entre nós” seja bom, quando a geração responsável por ele está sendo educada por uma “educação pública” na qual o espírito religioso está ausente? Tocqueville, lembra Lopes Gama (demonstrando surpreendente atualização no que diz respeito às mais modernas obras e debates), mostrou que os Estados Unidos devem muito de seu poderio à “Religião Cristã” que lá tem “um sólido poder sobre as almas” (1839, n.38). O “esplendor e a autoridade” que a Europa e os Estados Unidos exercem “sobre este nosso globo” se devem, inegavelmente, ao desenvolvimento das ciências, indústria, comércio e manufatura, ao lado de uma sólida formação religiosa, que o Padre Lopes Gama parece não circunscrever à religião católica (1842, n.40-1). Sem “ter grandíssimo desvelo na educação da nossa Mocidade”, as melhores leis e instituições não poderão sobreviver, pois “tudo é letra morta” se os “executores” não tiverem “boa moral” (1834, n.6). Os meninos que com seis ou sete anos são enviados às “escolas públicas, que costumam chamar de Primeiras Letras”, aprendem quando muito a “papaguear” o catecismo, e tão logo sabem contar, ler e escrever “sofrivelmente”, passam a estudar latim e a ler coisas que nada entendem. Muito cedo ei-los enviados ao Curso Jurídico onde imediatamente se sentem “hum [sic] dos sete sábios da Grécia”, sem que nada mais tenham adquirido do que um fino verniz de conhecimento desatualizado — já que

poucos são os professores que vão além dos compêndios onde estudaram e consultam os progressos das ciências, “quer físicas, quer morais e políticas” — e uma espessa camada de preconceito e de arrogância (1834, n.16). Um único colégio é mencionado pelo periódico como digno da tarefa a que se destina: o Colégio Pernambucano. Exortando os pais a enviarem seus “filhos” a um colégio que nada deixa a dever aos “principais colégios da Europa”, Lopes Gama louva seu fundador pelo inusitado mérito de exercer “o magistério, não como uma função mercenária, mas como um sacerdócio” (1839, n.16).

Diante da avassaladora ação deseducativa perpetrada pelos vários meios educacionais, ou melhor dizendo, deseducacionais, *O Carapuço* enaltecia sobremaneira a importância dos periódicos “grandemente proveitosos para derramar os bons princípios da Moral”. Os “filosofantes do século passado”, diz ele referindo-se aos enciclopedistas franceses, utilizaram-se dos jornais, folhetins, novelas e contos para difundirem a incredulidade. Nada mais inteligente, continua ele, do que instilar o contraveneno da imoralidade pelos mesmos meios utilizados para o envenenamento. Se os periódicos podem produzir grandes males, podem igualmente produzir “grandes bens” com sua “lição quase cotidiana”, argumenta *O Carapuço* (1839, n.48).

Para concluir, se quisermos apontar um dos aspectos inovadores da atividade jornalística de *O Carapuço*, podemos lembrar sua excepcional habilidade de se apropriar criativamente de textos estrangeiros, adaptando-os aos problemas e à cultura locais. A propósito disso é importante salientar que desde Gilberto Freyre (1923), os estudiosos têm sido unânimes em caracterizar como um dos elementos centrais da ação reformista de *O Carapuço* a crítica ao “nosso gosto por macaquear”, desenvolvida numa época em que o Brasil abria-se para o mundo e em que as influências estrangeiras se faziam sentir. É esse gosto que explicaria, por exemplo, a ridícula preferência, entre os jovens, pelo estudo das línguas francesa e inglesa, enquanto a própria língua materna era muito mal conhecida. Renegando valores e símbolos da tradição luso-brasileira, a sociedade, segundo o jornal pernambucano, estaria a perder sua identidade ao buscar no estrangeiro modelos de pensamento e ação.

Cada povo tem o seu caráter peculiar, seus usos, seus costumes, e certa fisionomia que o distingue de todos os demais. O inglês é grave e taciturno [...], o francês é alegre, jovial [...], o italiano é afeminado, mesureiro [...] Qual será o gênio, ou caráter distintivo dos brasileiros? Parece que a nossa divisa é o arremedo: nada temos próprio, tudo queremos macaquear do estrangeiro, não já o que este tem de bom, e de proveitoso [...] senão as piores coisas, as mais disparatadas, e que menos convêm às nossas circunstâncias. (1840, n.3, p.2)

Segundo a visão consagrada pelos estudiosos, o Padre Lopes Gama teria, pois, lançado mão da “crítica costumbrista” (que apelava muitas vezes para a caricatura) como instrumento de reforma moral e social. Esse parece ter sido até agora o veredicto “oficial” sobre a participação do padre pernambucano na história de nossa cultura. Nesse quadro, é, portanto, de especial relevância

sabermos que, na verdade, Lopes Gama paradoxalmente combateu o “nosso gosto por macaquear” os estrangeiros com mais uma macaqueação, já que baseou muito de sua ação reformista, especialmente no que diz respeito ao papel da mulher em sociedade, em críticas sociais literalmente tomadas do periódico britânico *The Spectator*, escrito mais de 120 anos antes.⁸ Na verdade, algo só aparentemente paradoxal, pois, como ele próprio lembrava, macaquear não é necessariamente um mal. Imitar o que os estrangeiros “têm de bom e de proveitoso” é algo que “sempre será louvável” (1840, n.3)

Evidentemente, não se trata de dizer que o periódico pernambucano se resumia a uma cópia do seu modelo inglês. A atualidade brasileira está nele muito presente, quer em questões internas (como a “corrupção” dos homens públicos brasileiros que procuram se eleger “não por amor da causa, mas só por amor da cousa”), quer em questões externas (como a insensatez de acordos comerciais entre o “inocente Brasil e os espertíssimos ingleses e franceses”). No entanto, o que cumpre aqui apontar é que Lopes Gama adaptou com maestria idéias estrangeiras a questões locais, a ponto de fazer textos antigos, e em princípio completamente alheios à realidade brasileira, manterem uma eficaz qualidade dialógica com os seus leitores. Se é verdade, como bem lembra a teoria da recepção (Jauss, 1982), que os significados de um texto não podem ser reduzidos aos intencionados pelos seus autores e editores, Lopes Gama teve o inegável mérito de fazer com que os brasileiros descobrissem um potencial de significações em relatos, reflexões, cartas ao editor etc. dirigidas a um público não-brasileiro, sem dúvida um feito até intrigante, considerando que o público original britânico era muito distinto e distante no tempo e no espaço. Dada as limitações deste artigo, um único exemplo de apropriação criativa será selecionado.

No início do século XVIII, a 13 de março de 1711, o periódico *The Spectator* relatou uma história que iria se tornar famosa ao longo do século. Tratava-se do encontro da bela índia Yarico com o comerciante inglês Inkle e das desventuras da jovem que se apaixonou pelo desumano e aproveitador inglês. A estória contava como Yarico salvara Inkle de ser morto por índios da sua tribo, como o escondera na floresta e com ele vivera, por algum tempo, apaixonada e em paz, e como, finalmente, Inkle a convencera a procurar um meio de levá-los à Europa, onde ela teria a vida de uma rainha. No navio a caminho da Europa, a estória continuava: Inkle começara a se arrepender de todo o tempo e dinheiro que perdera na floresta e, a fim de recuperar um pouco suas perdas, decide vender a bela Yarico no porto de Barbados. A estória termina com Yarico aos prantos, revelando que estava grávida de um filho dele e pedindo que ele dela se compadecesse. Ao invés de se

8. As considerações que se seguem foram desenvolvidas num outro contexto e, mais especificamente, a propósito da educação feminina em Pallares-Burke, 1994.

sensibilizar com isso, Inkle se torna mais ganancioso e a vende por um preço ainda maior. A fama e popularidade dessa história é difícil de ser exagerada quando consideramos, com Price (1937), que ela reapareceu ao longo de quase 100 anos em 35 versões e que foi objeto de poesias, peças de teatro em várias línguas e balés. Pois bem, a versão brasileira desse encontro é apresentada aos leitores de *O Carapuceiro* (1837, n.31) não como uma apropriação de outro texto, mas como parte de uma verdadeira conversa em que o narrador participara. Além de ser, ao que tudo indica, a última versão dessa estória, parece ter sido a única escrita por um não-europeu. Todas as anteriores podem ser vistas, como argumentou Hulme (1986), como versões de uma estória que as sociedades européias repetidamente contavam a si próprias. Já a versão do *Carapuceiro* era a estória que um intelectual sul-americano escolhera contar para seu próprio público. Para os nossos propósitos, mais interessante é observar que as adições ao texto original o afastam do seu objetivo original — que fora defender a moralidade das mulheres consideradas tradicionalmente como inferiores intelectual e moralmente aos homens — e o relacionam a questões tipicamente brasileiras como a escravidão, o tráfico de escravos e os princípios filosóficos que apoiavam essas vergonhas nacionais.

Inúmeras vezes, no decorrer de suas páginas, *O Carapuceiro* se mostrara ferrenho inimigo da escravidão e apontara a contradição entre esse sistema indecoroso e o verdadeiro liberalismo. Uma das poucas vezes que se levantaram contra a escravidão na primeira metade do século XIX, Lopes Gama denunciava a hipocrisia da sociedade brasileira que, não obstante “arrotar um monte de liberalismo” (1837, n.38), se mantinha essencialmente adepta da mais odiosa forma de aristocracia. Combater a escravidão era, na verdade, um dos itens mais importantes da agenda educativa de *O Carapuceiro*. Lopes Gama, cumpre dizer, tinha uma relação de certo modo ambígua com a escravidão. Usualmente considerava que o sistema escravocrata fazia dos negros vítimas inocentes das ações iníquas dos bárbaros brancos, ou seja, o sistema fazia aflorar os mais vis elementos da natureza das mulheres e homens brancos; mas, algumas vezes, tendia a ver nos escravos selvagens que barbarizavam os brancos, neles inoculando “vida licenciosa”, “hábitos grosseiros” e selvageria, dada à promiscuidade que o sistema permitia (1837, n.47; 1838, n.6 e 40 e passim). De qualquer modo, quer por um lado quer por outro, a escravidão era inquestionavelmente apontada como uma das maiores causas da imoralidade reinante.

Fazendo a estória original inglesa se adaptar às necessidades nacionais, Lopes Gama dá a palavra a um interlocutor masculino, que se confessa um traficante de escravos e que defende a inominável ação de Inkle em nome da doutrina de interesse do filósofo britânico Bentham. De acordo com os “sábios princípios” desse filósofo, diz o interlocutor, tanto Inkle quanto Yarico lucraram com tal ato, já que tivesse Yarico permanecido na floresta ela teria tido um

futuro pior, tal como ser mordida por uma cascavel ou comida pelos canibais. Paradoxalmente, *O Carapuceiro* utilizava-se de um texto inglês para defender seus propósitos abolicionistas e para denunciar a doutrina de um filósofo inglês como sendo um dos maiores males a entrar no solo brasileiro. Ironicamente, é também muito provável que o periódico, não obstante suas idéias abolicionistas, se incomodasse com a intromissão inglesa nos assuntos brasileiros e quisesse aludir às razões secretas da campanha anti-escravagista que a Inglaterra à época liderava. Sugerindo que tal campanha nada mais era do que um véu para camuflar os inconfessáveis e desumanos interesses ingleses, o jornal se apropriava criativamente de uma estória inglesa e, pondo-a a serviço da luta pela autonomia do país recém-independente, com ela desmascarava a hipocrisia britânica e convidava o público brasileiro a se juntar a ele nessa denúncia.

Para finalizar, e parafraseando Phillipe Ariès, diríamos que se é, sem dúvida, um erro descrever a educação brasileira do século XIX unicamente em termos de escola, seria igualmente um erro descrevê-la tão-somente em termos de jornais culturais/doutrinários. Há toda uma rede de outros agentes em plena atividade, como o romance e folhetins, por exemplo, que, ao lado de escolas mais ou menos isoladas, competiam pela transmissão dos valores culturais em circulação e que devem ser considerados atentamente se se quiser recuperar, com maior fidelidade, a história da educação brasileira do século passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACKROYD, P., *Dickens*. London, 1990.
- ALENCAR, J. *Como e porque sou romancista*. Campinas: Pontes, 1990.
- ALZATE Y RAMIREZ, D. J. A. *Gazetas de Literatura de Mexico (1788)*. Puebla, 1831. 3 v.
- ARIÈS, P. *Centuries of childhood*. Harmondsworth: Penguin Books, 1986.
- O CARAPUCEIRO (1832-42), ed. em fac-símile. Recife: Fundação de Cultura, 1983, 3 v.
- CHARTIER, R. *The Cultural uses of print in early modern France*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- _____. The Practical impact of writing. In: ARIÈS, P. et al. (eds.). *History of private life*. Cambridge, MA, 1987-91. v.3, p.III-60.
- COLLINS, P. *Charles Dickens: the public readings*. Oxford: Oxford University Press, 1975.

- CORTÉS, C. C. The Societal curriculum: implications for multiethnic education. In: Banks, J. A. (ed.). *Education in the 80's: multiethnic education*. Washington, D. C.: National Education Association, 1981, p.24-32.
- _____. To View a neighbor: the Hollywood textbook on Mexico. In: COATSWORTH, J. H., RICO, C. (eds.). *Images of Mexico in the United States*. La Jolla, California, University of California, San Diego Center of US-Mexican Studies, 1989, p.99-118.
- _____. Pride, prejudice and power: the mass media as societal educator on diversity. In: LYNCH, J. et al. (eds.). *Cultural Diversity and the Schools: prejudice, polemic or progress?* London: Falmer Press, 1992. p.367-81.
- DARNTON, R. *O Grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. *The Great cat massacre and other episodes in french cultural history*. London, 1984.
- _____. First steps toward a history of reading. *Australian Journal of French Studies*, v.23, p.5-30, 1986.
- LA DILIJÉNCIA, Bogotá, 1831-32.
- EL DUENDE DE SANTIAGO, Santiago do Chile, 1818.
- FREYRE, G. *Livro do nordeste comemorativo do 1º centenário do Diário de Pernambuco*. Recife, 1923.
- GANS, H. J. The Mass media as an educational institution. *Television Quarterly*, v.6, p. 21-2, 1967.
- GILOT, M. *Les Journaux de marivaux, itinéraire moral et accomplissement esthétique*. Lille: Université Lille III; Atelier Reproduction des Theses, 1975.
- HULME, P. *Colonial encounters*. London: Routledge, 1986.
- JAUSS, H. R. *Toward an aesthetic of reception*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982.
- LOPES GAMA, M. S. *O Carapuceiro (1832-42)*, ed. em fac-símile. Recife: Fundação de Cultura, 1983, 3 v.
- _____. *O Sete de Setembro*. Recife, 1843.
- LOVEJOY, A. O. *The Great chain of being*. Cambridge: Harvard University Press, 1969.
- LYNCH, J. et al. (eds.). *Cultural diversity and the schools: prejudice, polemic or progress?* London: Falmer Press, 1992.

- MACHADO DE ASSIS, J. M. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992. v.3. p.943-8: O Jornal e o livro. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 10 e 12 jan. 1859.
- _____. v. 3, p. 963-5: A Reforma pelo jornal. *O Espelho*, 23 out. 1859.
- MANGUEL, A. *A History of reading*. London: Harper Collins, 1996.
- MARTENS, W. *Die Botschaft der tugend*. Stuttgart: J. B. Metzler, 1968.
- MARÚN, G. *Orígenes del costumbrismo etico-social, addison y steele: antecedentes del artículo costumbrista español*. Miami: Universal, 1983.
- EL MENTOR MEXICANO, México, 1811.
- EL MONITOR DEL PUEBLO, México, 1833.
- MONTEIRO, D. T. *Os Errantes do novo século*. São Paulo, 1974.
- EL OBSERVADOR DE LIMA, Lima, 1825.
- PALLARES-BURKE, M. L. G. "A Spectator in the tropics: a case study in the production and reproduction of culture". *Comparative Studies in Society and History*, v.36, n.4, p.676-701, out. 1994.
- _____. *The Spectator, o Teatro das Luzes: diálogo e imprensa no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- _____. The Spectator abroad: the fascination of the mask. *History of European Ideas*, v.22, n.1, p.1-18, jan. 1996.
- PICÓN-SALAS, M. *A cultural history of Spanish America*. Berkeley: University of California Press, 1962.
- PIERCE, R. N., KENT, R. 10 Newspapers. In: HINDS, G., TATUM, C. M., (eds.). *Handbook of latin american popular culture*. West-Port: Greenwood Press, 1985.
- PRICE, L. *Inke and yarico album*. Berkeley: University of California Press, 1937.
- RAVEN, J. et al. (eds.). *The Practice and representation of reading in England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- RAU, F. *Zur Verbreitung und nachahmung des tatler und spectator*. Heidelberg: Carl Winter, 1980.
- ROSENSTIEL, T.B. Viewers found to confuse TV entertainment with news. *Los Angeles Times*, 17 Aug. 1989.

SMALL, H. A Pulse of 124: Charles Dickens and a pathology of the mid-Victorian reading public. In: RAVEN, J. et al. (eds.). *The Practice and representation of reading in England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SAINTE-BEUVE. Les Journaux chez les romans — Par (15 de dezembro de 1839). *Portraits Contemporains*. Paris, 1889.

SARMIENTO, D. *El Zonda*. San Juan, Argentina, 1839.

_____. *Recuerdos de provincia*. Buenos Aires: Centro Editor da América Latina, 1987. (origin. 1843).

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

EL SOL DEL CHILE, Santiago, 1818.

THE SPECTATOR, London: Jacob and Richard Tonson, 1757, v.1.

THOMPSON, E. P. *Witness against the beast: William Blake and the Moral Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

UNANÚE, D. J. H. *Obras científicas y literarias del Doctor D. J. Hipólito Unanúe*. Barcelona, 1914. 3 v.

WILLEY, B. *The Eighteenth-Century background*. London: Chatto & Windus, 1940.

WURMAN, R. S. *Information anxiety*. New York: Doubleday, 1989.

EL ZONDA DE SAN JUAN, San Juan, 1839.